

O Projeto Juriti Sustentável: uma proposta alternativa de desenvolvimento territorial?

*Eduardo José Monteiro da Costa*¹

*Eunápio Dutra do Carmo*²

*Júlio César dos Santos Patrício*³

*Milene Maués*⁴

*Raul Tavares*⁵

*Rodrigo Dias Fernandez*⁶

*Simone Aguiar*⁷

*Walery Costa dos Reis*⁸

1. Introdução

Nos últimos anos é crescente o debate acerca da relação entre a atividade mineral, o desenvolvimento regional e os impactos sociais e ambientais de tais empreendimentos. Nesse contexto três antigas perguntas ganham novo significado: A atividade mineral é um efetivo instrumento de desenvolvimento regional ou é apenas geradora de enclaves? A disponibilidade de recursos naturais em determinada região pode se constituir em vetor de desenvolvimento ou pode levar a região a incorrer no que é usualmente conhecida na literatura como a “maldição dos recursos naturais”? Há a possibilidade da mineração ser vista como uma atividade sustentável ou a imagem de que a atividade gera impactos sociais e ambientais irreversíveis tende a prevalecer?

O fato é que os impactos da atividade mineral no desenvolvimento regional e no contexto socioambiental ainda é um tema bastante controverso. De um lado, autores que advogam pela “maldição” dos recursos naturais, alegando que a dotação de riquezas naturais pode condenar determinada região a uma excessiva dependência de uma única atividade na medida em que esta riqueza acaba inibindo a diversificação da base econômica regional, além de causar sérios impactos sociais e danos ambientais. Outros advogam que a atividade mineral pode se constituir como elemento propulsor e dinamizador da economia regional na medida em que gera um acúmulo de excedentes econômicos que acabam por transbordarem para outros setores da economia. Há ainda os moderados que afirmam que uma economia de base mineira possui problemas e possibilidades, e que a trajetória de desenvolvimento depende de todo um contexto histórico-institucional expresso no capital social local e na capacidade de governança das comunidades locais.

1 Economista, Doutor em Economia Aplicada pela Unicamp, professor da UFPA. E-mail: ejmcosta@gmail.com

2 Administrador, Doutor em Educação pela PUC-RJ, professor do CESUPA. E-mail: carmo@cesupa.br

3 Engenheiro Mecânico, Doutorando em Engenharia pela UFPA, professor do CESUPA. E-mail: julio.patricio@uol.com.br

4 Economista, aluna do curso de Especialização em Economia Regional e Meio Ambiente do PPGE/UFPA. E-mail: milenemaues@yahoo.com.br

5 Administrador, mestrando em Gestão de Recurso Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pelo NUMA/UFPA e professor do CESUPA. E-mail: raul@cesupa.br

6 Administrador, mestrando em Economia pelo PPGE/UFPA. E-mail: rodrigodias_fernandez@hotmail.com

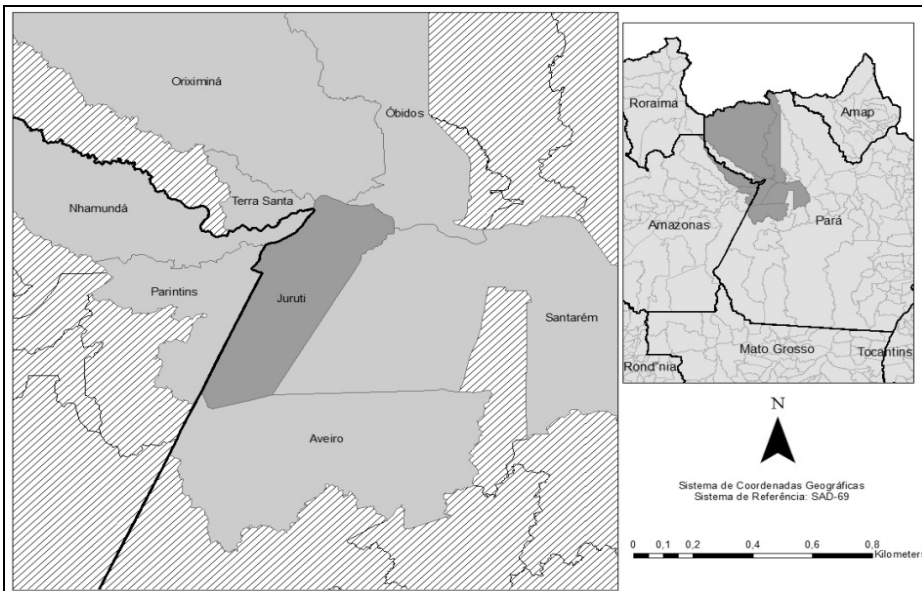
7 Economista, mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA. E-mail: simoneaguiar100@yahoo.com.br

8 Administrador, Mestre em Administração pela UFRN, professor do CESUPA. E-mail: walery@cesupa.br

É conveniente destacar, entretanto, que grande parte dos estudos que de alguma forma procuram entender a relação entre mineração e desenvolvimento está centrado no caso de países monoprodutores de bens minerais, com destaque para o petróleo, ou estudos de casos pontuais de determinadas comunidades mineiras⁹. Conforme destaca Enríquez (2008, p.2) “são escassos os estudos voltados especialmente para conhecer o que ocorre com uma escala não tão ampla como um país, nem tão restrita como uma comunidade, como é o caso dos municípios de base mineira”.

Entretanto, são projetos que requerem acompanhamentos permanentes, pelo seu porte, como também pela dimensão das consequências da tomada de decisão, principalmente, quando envolvem variáveis como: estado, meio ambiente, empresa privada e sociedade. Além disso, a discussão traz à tona a história da luta travada por comunidades em Juruti, que clamam por clareza sobre as medidas formalizadas pela Alcoa e o Estado. Esse, por se eximir, em alguns momentos, das suas obrigações como examinar, fiscalizar e revisar ações inerentes ao Município de Juruti, já aquele por explorar o minério de maneira inóspita a partir do momento que essa ação é feita permitindo o desmatamento, deslocamentos de comunidades e inviabilização da coleta sustentável de produtos da floresta.

Com foco nessa problemática esse artigo tem por finalidade apresentar os elementos centrais da proposta de desenvolvimento que está sendo implementada pela Alcoa no município de Juruti (Mapa 1), estado do Pará, denominada “Projeto Juruti Sustentável”. A importância do referido estudo decorre principalmente do ineditismo da proposta que procura, dentro de sua filosofia mais geral, romper com as práticas pontuais de intervenção apresentando-se como uma proposta inovadora que pretende se constituir como um elemento indutor do desenvolvimento territorial. Para atingir o objetivo delineado, esse artigo está subdividido em mais quatro partes além dessa breve introdução. A primeira parte procura apresentar, ainda que de forma breve, a relação entre gestão empresarial e responsabilidade ambiental. A segunda procura contextualizar a referida temática dentro da Amazônia. A terceira discorrerá sobre o “Projeto Juruti Sustentável”. Finalmente, a última parte será reservada às considerações finais.



Fonte: Adaptado de IBGE (2007).

Mapa 1: Juruti e municípios do entorno

2. Gestão empresarial e responsabilidade ambiental

O tema meio ambiente vem ocupando as pautas das ações estratégicas no âmbito organizacional. A discussão deste tema abrange muitas direções, revelando a concepção e a metodologia dos projetos nessa área. Ademais, há de se considerar o aumento do número de empresas que entraram nesse debate e que estão promovendo experiências que precisam ser melhor analisadas para que os avanços na área organizacional sejam sentidos, valorizados e aperfeiçoados.

O fato é que a gestão das organizações reagiu ao contexto da “pressão do verde”. Na perspectiva da abordagem sistêmica, que mais se coaduna com o tema, as organizações são compreendidas como um sistema social amplo que percebe a influência estratégica do ambiente externo como vetor de seu dinamismo e interface dos processos organizacionais. Se por um lado a noção de estratégia, competitividade e produtividade ganham maior valor agregado nessa perspectiva, por outro, os desafios de dialogar e compreender as transformações socioeconômicas, político-culturais e estético-ambientais exigem novas formas de gestar as organizações. É nesse cenário de transformações que o tema ambiental ganhou visibilidade e importância no âmbito empresarial. A sobrevivência dos negócios passa agora pela sustentabilidade e depende da capacidade de ler e criar oportunidades no novo cenário. Neste plano, a missão e os objetivos da empresa passam a ter, na força da sustentabilidade, uma relação direta com a comunidade e a capacidade de incorporar tais aspectos à imagem institucional.

Não obstante ao conjunto de preocupações esboçado pelas empresas, há de se considerar que as mesmas têm, historicamente, colaborado para danos ambientais de proporções incalculáveis. A utilização de muitos programas socioambientais de caráter midiático tem sido uma prática para compensar danos de ações predatórias. Ocorre que a politização das comunidades e a própria consciência da sociedade civil têm sido importantes para exigir programas que gerenciem ações no âmbito da sustentabilidade, cujo protagonismo

deve ser das empresas ambientalmente sustentáveis. A conciliação entre fatores produtivos, sociais ambientais e institucionais são destacados no cenário empresarial como destaque para as demandas do século XXI. A partir dessas reflexões, é possível apontar uma concepção sobre gestão ambiental, como faz Dias (2009, p. 89) em seus estudos sobre o tema:

“A gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável, o qual está profundamente vinculado às normas que são elaboradas pelas instituições públicas (prefeituras, governos estaduais e federais) sobre o meio ambiente. Estas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que condições serão despojados os resíduos, proibem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, o volume de esgoto que pode ser lançado, etc.”

O autor adota uma visão de gestão ambiental proativa que implica na utilização de métodos preventivos, cujo desempenho é fundamental para o estabelecimento de uma cultura ambiental que possa planejar processos organizacionais evitando impactos ambientais, e isto implica ainda reestruturar estratégias, papéis e produtos. Nessa mesma linha, Ashley (2005) para responder a esse desafio, afirma que governos, empresas e sociedade devem se organizar para trazer respostas visando a um desenvolvimento sustentável que englobe aspectos econômicos, sociais e ambientais. Isso porque as ações empresariais precisam se sustentar nesse tripé para atenderem às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Logo, é oportuna a interação entre essas três esferas de poder. Assim, para a autora, o mundo empresarial vê na responsabilidade ambiental uma boa estratégia para aumentar seu lucro e potencializar seu desenvolvimento. Essa tendência decorre da conscientização do consumidor, proveniente do acesso à informação e à divulgação da mesma. Decorre que a procura por produtos e práticas que gerem melhoria para o meio ambiente e/ou comunidade, valorizando aspectos éticos ligados à cidadania, vem tomando espaço no ambiente empresarial. Além disso, essas transformações mostram que o desenvolvimento econômico só será possível se estiver alicerçado em estratégias empresariais competitivas por meio de soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

No âmbito mundial a temática do meio ambiente tem sido tratada por importantes organismos internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU) que tem agenciado, deliberado e monitorado programas mundiais na área. Não é pretensão desse artigo fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto e seus desdobramentos para a discussão do desenvolvimento sustentável no âmbito empresarial. No entanto, o recorte motivado pelo debate que envolve empresas e sustentabilidade merece algumas pontuadas informações de caráter analítico na medida em que instiga a visão sistêmica e complexa do assunto, fugindo da visão pragmática que insiste ser a mais aplicada por alguns setores empresariais.

O Conselho Brasileiro Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), importante fórum de discussão ambiental sobre a participação das empresas no debate, apresentou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, um documento denominado “Mudando o rumo: uma perspectiva global do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente” que, apesar de algumas limitações em suas definições conceituais, assume uma posição política, revelada na abertura do documento, quando anuncia, dentre outros aspectos que: “o mundo se move em direção à desregulamentação, às iniciativas privadas e aos

modelos globais. Isto exige que as empresas assumam maior responsabilidade social, econômica e ambiental ao definir seus papéis e ações” (CEBDS, 2011). No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que a indústria deve adotar dois princípios para o desenvolvimento sustentável, que se complementam e inspiram ações integradoras, quais sejam: “a) o reconhecimento de que a educação, a erradicação da pobreza, a promoção da saúde e a eliminação da exclusão social são fundamentais; e que b) é sua responsabilidade atuar de forma integrada e complementar ao governo e a outros agentes da sociedade no sentido de viabilizar o desenvolvimento social e econômico da região, utilizando de forma competitiva e sustentável seus recursos naturais” (CNI, 2011).

Ambas têm em comum a abordagem sistêmica do meio ambiente em que as atitudes das empresas possuem relação com a sociedade em seu todo, considerando os processos histórico-sociais e as agendas locais com suas tramas e exigências. Em 1999, houve mais um sinal concreto de dimensões institucionais que reforçou as discussões a respeito da sustentabilidade no mundo dos negócios. Trata-se do Pacto Global pelas Nações Unidas que, em síntese, considera fundamental a globalização humanitária. Dentre os princípios destacam-se os de proteção ambiental para os propósitos desse trabalho, a saber: “apontar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; promover a responsabilidade ambiental e encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente” (PACTO GLOBAL, 2011).

Do ponto de vista organizacional, Dias (2009) afirma que traduzir essa tendência significa dialogar com a comunidade local, com o poder público e com as organizações não-governamentais, como também buscar novas formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a eco eficiência e a produção mais limpa.

A situação do planeta, em particular da Amazônia Oriental, foco desses organismos internacionais, é sensível no que concerne a esses temas centrais e espera por respostas urgentes. As ações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Agenda 21 sinalizam estratégias que evidenciam a capacidade das empresas do setor privado em promover o desenvolvimento, reforçando seu papel que é gerar renda para a população menos favorecida e criar empregos. Além disso, suas contribuições são bem vindas para possibilitar a criação de possíveis caminhos que levem a um mundo consciente e com valores pautados no homem e no meio ambiente.

Uma das possibilidades da construção desse caminho se dá por vias da responsabilidade socioambiental empresarial, cujo tema vem sendo debatido pela comunidade acadêmica e pelas empresas no Brasil desde meados da década de 1970. Dentre outros motivos, essa discussão se dá pela necessidade de valorizar o ser humano, a natureza e a sociedade como um todo, dentro de uma conduta ética e transparente.

É relevante lembrar que a responsabilidade ambiental não é tratada aqui como a única forma e nem a melhor maneira de resolver os problemas sociais que são discutidos pelo PNUD Brasil ou a Agenda 21, até porque essa discussão deve ser feita também com a contribuição de outras esferas de poder. Desta forma, dentre outros caminhos, verifica-se que no contexto empresarial, a responsabilidade ambiental pode ser aquela que tenha um grande respaldo, desde que suas políticas e diretrizes sejam estruturantes e não somente assistencialistas.

O construto dessa nova mentalidade é processual e vem apresentando avanços e recuos, no entanto direciona ações que envolvem de forma sistêmica os funcionários, clientes, governo, comunidade e concorrentes. Isso porque não perpassa por atuações isoladas e fraturadas, mas sim por um conjunto de iniciativas e políticas que representam uma

oportunidade da empresa demonstrar-se cidadã e comprometida com o desenvolvimento local.

3. A Responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável na Amazônia

A discussão dos temas responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável na Amazônia, independente do setor em que ocorra, está centrada em um problema que abrange essencialmente as diretrizes conceituais do desenvolvimento, ou seja: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica. Na Amazônia especialmente, área geográfica caracterizada por sua diversidade e disponibilidade em recursos naturais, a convivência entre meio ambiente, mercado e sociedade é reduzida a um equacionamento, apenas focado segundo as demandas internacionais, por produtos e serviços centrados na sustentabilidade.

Dessa forma, quando se observa a área em estudo e se delimita especificamente o estado do Pará deve ser levado em consideração o entendimento do significado de espaço ambiental, para Montibiller Filho (2004), aquele em que uma economia se abastece de recursos do meio ambiente e deposita seus rejeitos. Cenário este institucionalizado em toda a história civilizatória do Pará, em aproximadamente cinco séculos, em que, os insumos explorados, denominados por Penteado (1973) como as drogas do sertão, mudaram somente de denominação, processo de exploração, fonte natural de origem e destino. Por conseguinte, o espaço amazônico tem servido de provedor de matéria-prima para os países industrializados resultando em degradação ambiental, exclusão social e redução do estoque de recurso natural com este processo tendo pouco efeito na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Nesse contexto, antes de qualquer discussão sobre estratégias de responsabilidade é fundamental, clarificar o entendimento sobre espaço ambiental. Assim, ao se rever as colocações de Soja (1993) e suas reflexões sobre as leituras de Lefebvre, destaca-se o momento em que o autor enfatiza a necessidade de se estabelecer uma distinção entre a natureza como um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de “segunda natureza”, a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado.

Diante desse contexto, Soja (1993) reafirma que o espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política, pelo contrário, sempre foi político e estratégico, ocupado e usado de acordo com objetivos dominantes. Somada à dimensão espacial a dimensão temporal deve ser colocada com a mesma ordem de importância na análise. O tempo precisa ser entendido como categoria determinante da dinâmica social, tanto quanto o espaço. Segundo Harvey (2008), de diferentes sentidos de tempo pode surgir sérios conflitos, como a taxa ótima de exploração de um recurso que deve ser fixada pela taxa de juros ou deve-se buscar um desenvolvimento sustentado que assegure a perpetuação das condições ecológicas adequadas à vida humana num futuro indefinido? Esses questionamentos tornam-se frequentes e tampouco, são misteriosos. Entretanto, como enfoca o autor, o horizonte temporal implicado numa decisão afeta materialmente o tipo resolução que se toma, se o resultado que se almeja é deixar alguma coisa no mundo ou construir um futuro melhor para as próximas gerações.

Sem dúvida a elaboração de estratégias ambientais responsáveis nos dias atuais deve considerar o binômio espaço-tempo, o que não é tarefa fácil, como cita Castells (2009), porque o conhecimento, aparentemente simples de uma relação significativa entre

sociedade e espaço esconde uma complexidade fundamental, uma vez que o espaço não é reflexo da sociedade, na sua expressão. Em outras palavras, para Castells (2009) o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. O espaço socioambiental da Amazônia paraense, não é diferente; ele retrata a inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e parcerias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos. Assim, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas sócio espacial anteriores. No limite, para Castells, o espaço é o tempo cristalizado.

Consequentemente, a partir das rápidas considerações sobre o objeto em análise, a responsabilidade ambiental e sua relação com a sustentabilidade, e os sinais observados na Amazônia paraense com olhar nas categorias espaço e tempo, se buscam pistas que caracterizem o cenário atual do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Com efeito, o estado do Pará, como espaço ambiental em estudo, se destaca eminentemente como exportador de *commodities* necessárias a voracidade de economias estrangeiras. Esta informação é confirmada por meio de dados divulgados pelo ALICEWEB/SECEX, em 15 jan. 2011 afirmando que o resultado da balança comercial do Brasil no ano de 2010 teve um saldo positivo de US\$ 20,2 bilhões, porém com um correspondente decréscimo de 19,8%, se comparado ao ano de 2009. Em contrapartida, o estado do Pará ascende a um saldo positivo em sua balança comercial de US\$ 11,6 bilhões, que representou uma variação positiva de 54,8%, em relação a 2009.

O estado do Pará ocupa o segundo lugar na classificação das UFS pelo saldo da balança comercial dos estados brasileiros, ultrapassado somente pelo estado de Minas Gerais. Por outro lado, quando se examina o indicador *PIB per capita* anual, o último valor divulgado foi de R\$ 7.992,00 segundo o IBGE (2010), com efeito, o estado do Pará ocupa o sexto menor indicador de renda *per capita* do país, superando apenas cinco estados da região Nordeste. Esses números preocupam e revelam um desequilíbrio dentre a riqueza produzida e a riqueza distribuída e servem de indutores para a reflexão sobre os impactos causados pelos fenômenos de deslocalização e descentralização da produção ou apropriação de fatores de produção em regiões periféricas sem a preocupação com uma abordagem socioambiental.

Assim, os indicadores mencionados apenas confirmam duas perversas constatações sobre o modelo econômico experimentado há décadas no espaço amazônico, em especial, no território paraense, com reflexos diretos na tessitura social e ambiental. A primeira, que as múltiplas experiências estabelecidas por obra exclusiva do apoio e financiamento irrestrito do estado brasileiro, a partir do pensamento integracionista do espaço amazônico ao restante do país, em uma clara idéia de ocupação dos espaços vazios na Amazônia por meio da introdução de modelos econômicos que, de longe respeitaram a natureza da região. A segunda, é que a lógica da relação empresa e território promoveram exclusivamente a dimensão da ocupação induzida por meio de políticas públicas em que o Estado se tornou o grande provedor dessa ação de ordenamento espacial. De certo que, a ação do estado e da empresa em ambos os casos não refletiu ou se revelou importante para solucionar as questões sociais e ambientais da dimensão do território que se tornariam objeto das grandes discussões sobre a ocupação da região.

À empresa, a apropriação da dimensão território tem-se caracterizado como forma de proveito da existência de fatores de produção em abundância que beneficiam a especialização na organização da indústria e que, por seu turno, engendra um extenso conjunto de elementos possíveis para o máximo de reflexos no reordenamento do ambiente. Nesse sentido, Firkowski e Sposito (2008), afirmam que o ordenamento do

território pressupõe a existência do *constructo social* que privilegie em especial os objetivos da coletividade local, a partir do equilíbrio entre os imperativos econômicos, os interesses políticos governamentais e as necessidades sociais. Ou seja, esse equilíbrio somente deve ser alcançado a partir da compreensão da variável tempo que passa a ser fundamental para a demarcação das linhas fronteiriças em que se estabelecem as relações entre a empresa/indústria, o ambiente físico e institucional e a coletividade.

No caso da variável econômica, esta se confirma na medida em que é destacada a rentabilidade caracterizada por ciclos curtos. As variáveis ambientais e sociais surgem a partir dos longos processos de ajustes de apropriação material existente no território. Essa relação da variável econômica com as demais no espaço amazônico tem sido construída de forma conflituosa e contraditória, na medida em que a eficiência das políticas públicas para a apropriação e uso dos recursos naturais a fim de atender às necessidades das economias externas, a região mostra que a ocupação e ordenamento do território amazônico têm assegurado, em grande parte, os interesses da grande indústria e do capital, subjugando a estes o direito das coletividades locais.

Por conseguinte, fica claro, então, que a relação indústria e meio ambiente deve sobremaneira buscar uma interatividade positiva nos processos de apropriação e uso dos recursos naturais, buscando estabelecer o empoderamento das coletividades locais e o fortalecimento da governança institucional, por meio de ações públicas que gerem sustentabilidade ambiental. Desse modo, a apropriação dos recursos naturais a partir da variável econômica deve estar imbuída de uma estratégia de sustentabilidade, posto que esses recursos sejam de natureza finita e em grande parte não renováveis. Ao meio ambiente, reserva a vertente da sustentabilidade ecológica obtida a partir de práticas de gestão ambiental com uma perspectiva de manutenção dos meios bióticos por longos ciclos na dimensão tempo e território.

No âmbito dessas discussões, a indústria tem-se conscientizado da necessidade de estabelecer medidas de controle na apropriação dos insumos à produção, seja pela imposição de normas e regulações, seja pela consciência geral de que a utilização racional dos recursos naturais finitos precisa compreender modelos de gestão ambiental. Porém, a relação das empresas com os órgãos ambientais nem sempre tem sido profícua em razão da necessidade mandatória de se cumprir exigências ambientais, muitas das vezes alegadas como de impossível aplicação.

No espaço amazônico a concertação da questão sustentabilidade tem sido emblemática ao longo do tempo de ocupação e de ordenamento do seu território. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstram que a região geográfica do país que mais produziu embates sobre a dificuldade de relacionamento com os órgãos ambientais foi a Amazônia. Embora a gestão ambiental esteja integrada ao processo de planejamento estratégico das empresas, ainda assim as dificuldades são recorrentes. O estudo da CNI indica, porém que, apesar das dificuldades, a região Norte tem-se constituído no ambiente em que a indústria localizada nesse espaço na sua maioria tem buscado adotar em suas práticas de uso dos recursos naturais, procedimentos gerenciais de gestão ambiental (CNI, 2011).

Nesse contexto, a elaboração de uma agenda ambiental da indústria paraense é um importante indicativo do compromisso das empresas no âmbito das discussões nacionais sobre responsabilidade ambiental e imbuída de preocupação com o desenvolvimento sustentável das atividades produtivas. O documento elenca as principais medidas a serem adotadas para o crescimento sustentável da região e tidos como compromissos da indústria paraense aos seguintes temas: áreas protegidas e prioritárias para conservação;

gestão de florestas públicas; desenvolvimento e produção florestal; gerenciamento de resíduos; matriz energética; mudanças climáticas; gestão para o uso sustentável da água; plano estadual de recursos hídricos; recursos pesqueiros; licenciamento ambiental; regulação fundiária e relações institucionais.

Definitivamente, as agendas apresentadas por segmentos da indústria paraense, a legislação vigente e a preocupação latente dos movimentos sociais demonstram uma mudança positiva no entendimento do meio empresarial para amenizar os efeitos da degradação ambiental e da desigualdade social na Amazônia, todavia, não conseguem superar os equívocos perversos de um sistema com tendência de apropriação que desconsidera os limites dos recursos naturais e que destrói o meio ambiente em prol única e exclusivamente do acúmulo do capital. De outra forma, esse sistema, inviabiliza ações de responsabilidade ambiental focadas no desenvolvimento sustentável e estimula o contraditório a consciência geral de conservação e de melhores práticas no uso dos recursos naturais. Finalmente, outro aspecto a ser considerado complementar a essas reflexões é a limitação dos projetos de sustentabilidade que se restringem a preservação de recursos naturais, com uma visão naturalista dos processos em sociedade, limitando, desta forma, os positivos impactos que tais empreendimentos poderiam ter no seu entorno social.

4. O projeto Juruti Sustentável

4.1. O empreendimento mina de Juruti

O município de Juruti, com uma população atual estimada em 46.560 habitantes (IBGE, 2010), pertence à região do Baixo Amazonas e está localizado no oeste do estado do Pará, divisa com o estado do Amazonas. Tradicionalmente, sua economia está baseada na pesca, pecuária, extração de castanha-do-pará e agricultura familiar.

Desde 2006, Juruti é cenário de profundas transformações. O município vive a introdução de uma nova atividade econômica no seu território, a mineração, atividade que vem sendo desenvolvida pela Alcoa, empresa norte-americana, que tem como principal objetivo a extração de minério de bauxita, matéria-prima para a produção de alumínio, seu maior negócio e cuja empresa é a maior produtora mundial.

O projeto de mineração e beneficiamento de bauxita da Alcoa em Juruti foi originado em 2000, quando a Alcoa adquiriu a *Reynolds Metals*. Por intermédio de sua subsidiária, a então OMNIA Minérios, foram iniciadas as atividades de pesquisa mineral no município com o fim de avaliar o potencial de reservas de bauxita lá existentes numa área aproximada de 270 mil hectares formada por vários platôs entre Juruti e Santarém. A confirmação das reservas foi intensificada numa área de 50 mil hectares que compreendia os platôs Capiroanga, Guaraná e Mauari. Atualmente, Juruti possui um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade do mundo, com uma reserva estimada em cerca de 700 milhões de toneladas métricas de minério.

Com a necessidade de realizar investimentos na extração de bauxita, em 2005 a Alcoa iniciou o processo de licenciamento ambiental da mina de Juruti, com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O processo de licenciamento foi pautado na realização de uma série de reuniões de apresentação do empreendimento para as comunidades locais e na realização de três audiências públicas, tendo elas sido realizadas no município de Juruti, na cidade de

Santarém, a 150 km do empreendimento, e em Belém, capital do estado do Pará localizada a 1.600 km de Juruti. Houve também diversas reuniões com o Ministério Público, a licença ambiental não foi aprovada por unanimidade e houve a imposição de 52 condicionantes ambientais para a concessão de LI. Grande parte das ações da “Agenda Positiva” que será apresentada mais adiante são exigências do órgão ambiental para conceder a licença.

Pereira (2009) afirma que mesmo a partir do processo de avaliação dos impactos ambientais do empreendimento e do resultado das audiências públicas, a Alcoa para construir sua infraestrutura, teve que desmatar uma área de 800 hectares. Ainda, utilizou sete milhões de toneladas de trilhos, 110 mil dormentes, 28 milhões m³ de terra e 400 mil m³ de brita. A magnitude das obras trouxe consequências drásticas para as comunidades locais, pois, tiveram que ser deslocadas em razão da construção do porto, da ferrovia e da infraestrutura da área de lavra. De acordo com Minérios & Minerales (2009) já foram investidos mais R\$ 3 bilhões em obras, por outro lado os impactos ambientais e sociais são assombrosos. Segundo Wanderley (2009) o Ministério Público do estado do Pará e o Ministério Público Federal consideraram superficiais os estudos sobre o impacto ambiental e apontaram falta de clareza e informações consistentes, o que desencadeou reações avassaladoras para a comunidade. No dia 28 de janeiro de 2009, várias famílias ribeirinhas de Juruti interditaram a estrada que dá acesso à base Capiranga da Alcoa, de acordo com a Rádio Rural de Santarém (2009). Neste ato a comunidade clamava por pagamento por danos e prejuízos causados principalmente com a instalação da mina na área do PAE e pela retirada sem escrúpulos da madeira.

Após as tratativas e exigências do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, desde a fase prévia, que deu origem a Licença Prévia e, após este a obtenção da licença de instalação, iniciou-se então em 2006 as obras de construção do empreendimento. Em setembro de 2009, teve início a operação da mina de Juruti com a produção inicial de 2,6 milhões de t/ano e após 1 ano de operação ela já atingiu a escala de 3,0 milhões de t/ano.

Este dado reforça dessa forma a informação de que a exploração mineral na Amazônia propicia ao grande capital produção alavancada quando se alia a fatores técnicos determinantes, tais como os que ocorrem em Juruti: infraestrutura e logística compreendida no trajeto mina, planta de beneficiamento e terminal portuário; somada a disponibilidade de bauxita considerável, posição geográfica estratégica pela proximidade dos grandes centros consumidores. Todavia, o histórico da atividade mínero-metalúrgica na região amazônica não revela, apesar dos fatores de produção eficientes, uma correlação entre significativo resultado comercial e os indicadores de desenvolvimento, sendo estes reflexos de melhorias consistentes dos indicadores sociais e da qualidade de vida da população do entorno do empreendimento.

4.2. A proposta de desenvolvimento local da Alcoa para o município de Juruti

Em 2006, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) por intermédio do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) foram contratados pela Alcoa para a construção de uma proposta de agenda de desenvolvimento sustentável para o município de Juruti e região. Naquele momento a Alcoa acabava de ter aprovada a licença de instalação de seu empreendimento mineral. Ao se aproximar do GVces e do FUNBIO, a Alcoa divulgava na mídia que buscava alternativas que garantissem à região uma agenda de longo prazo e que, uma vez implementada, transformasse a experiência de Juruti em referência nacional e

internacional de sustentabilidade, tanto para a empresa como para a sociedade. Nesse cenário, o projeto de extração de minério em Juruti vem sendo divulgado pela empresa como uma oportunidade para fazer da experiência um modelo pioneiro e inovador de desenvolvimento local sustentável a partir da atividade de uma mineradora.

Segundo entrevista do presidente da Alcoa na América Latina e Caribe, Franklin Feder, adequar-se às exigências da licença era algo insuficiente para garantir sustentabilidade em longo prazo do empreendimento (FGV 2009).

“Acreditamos que, se puder fazer de Juruti uma referência, será bom não só para Juruti, como para a região norte, para o setor de mineração, para o Brasil, e também para a Alcoa (...) Nós entendemos de produzir alumínio, mas não entendemos de abrir uma mina no meio da Amazônia. A conclusão era óbvia: vamos buscar os melhores parceiros, seja no Brasil, seja fora, para nos ajudar nessa empreitada. Fazer um projeto que vai além da licença pedida e que agrega valor ao negócio, pois na medida em que você garante, diariamente, a sua licença de operar. Existe a licença concedida pelos órgãos competentes e ela é muito importante. Mas tão importante quanto ela, é aquela licença que a comunidade local nos dá para operar.” (ALCOA 2009 p. 32).

Com a intenção de conhecer o contexto e avaliar alternativas, as duas instituições realizaram uma pesquisa de opinião na região sobre o município de Juruti e em seu entorno, nas cidades de Santarém, Belém e no próprio município, para saber sobre a disposição dos Intervenientes do empreendimento em interagir nos termos de uma proposta de desenvolvimento sustentável para Juruti e região. Na oportunidade, de acordo com a empresa, foram ouvidas mais de 40 pessoas, entre lideranças locais, formadores de opinião, especialistas e acadêmicos, bem como instituições que, por suas atribuições constitucionais, têm poder de interferência ou de regulação, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará (SEMA) e o Ministério Público Estadual (MPE). O objetivo anunciado desta pesquisa era captar a percepção de cada um a respeito do empreendimento e da empresa e avaliar a predisposição para agir e obter resultados condizentes com suas emoções, cultura, expectativas de futuro, modelos mentais, discursos e alinhamentos.

A pesquisa procurou identificar a demanda por modelos inovadores voltados para a efetiva implementação da sustentabilidade em contextos de intervenção local. O exame das políticas públicas caracterizou a região como fragilizada, tanto pelas carências sociais e econômicas de sua população como pelas pressões prementes sobre sua biodiversidade. De acordo com a FGV, o resultado do diagnóstico realizado foi um largo espectro de percepções a respeito dos riscos e oportunidades decorrentes da instalação do empreendimento de mineração na região, refletindo uma grande diversidade de históricos pessoais e grupais nos relacionamentos com a empresa e seus prestadores de serviços, nos diferentes momentos de interlocução e as dificuldades de diálogo equitativo entre os interesses muito diferenciados em termos de escala econômica, valores, cultura política, linguagem e disponibilidade de informações.

Os resultados da pesquisa possibilitaram ter a dimensão dos anseios dos entrevistados e saber as principais preocupações que eles tinham sobre as atividades da empresa. A fraqueza institucional do Estado, em especial o poder público municipal e estadual, em relação ao exercício pleno de suas funções de mediação e regulação de relações sociais e a efetivação de políticas públicas capazes de absorver e capitalizar a oportunidade criada

com o novo empreendimento foi a principal preocupação demonstrada pelos entrevistados.

No estudo do diagnóstico foi relatado que na época da pré-instalação havia uma tendência, por parte da população, de redirecionar para a Alcoa as expectativas e demandas reprimidas em relação ao estado, sobretudo quanto à educação, saúde e infraestrutura. Para alguns, a Alcoa deveria assumir o compromisso de impulsionar essas políticas, como contrapartida à sua inserção numa realidade de enormes carências. E, embora minoritária, havia a percepção de que, em longo prazo, a permanência dos benefícios sociais trazidos pela empresa dependeria da incorporação deles em políticas públicas, o que demandaria maior presença do estado como mediador, regulador e promotor de iniciativas com esse fim.

As expectativas quanto ao empreendimento geravam demandas, dúvidas e outras preocupações tais como a situação fundiária e os potenciais conflitos como fator impeditivo em relação à organização da vida econômica e social na região de maneira duradoura; e a comparação e identificação simbólica da empresa com experiências passadas de mineração no Pará, acarretando uma postura defensiva em relação à Alcoa.

As maiores preocupações com a chegada do empreendimento para os moradores da sede do município diziam respeito a: i) expansão urbana desordenada; ii) precariedade da infraestrutura, principalmente quanto ao abastecimento de água e saneamento básico; iii) clima de competitividade por recursos e benefícios a serem gerados pelo empreendimento, que poderia provocar ressentimentos e incentivar estratégias individuais e grupais de acesso à empresa; iv) percepção de que a geração de empregos a ser proporcionada pela empresa beneficiaria somente os mais capacitados, o que excluiria parte da população local e abriria caminho para que “pessoas de fora”; v) estrutura de atendimento da saúde, já precária, dado o potencial aumento expressivo de população; vi) aumento da criminalidade e delinquência juvenil; e vii) deterioração dos aspectos valorizados do estilo de vida tradicional da população local.

Neste contexto de confronto de posições será apresentada a seguir uma síntese das denúncias e as pautas de reivindicações.

4.2.1. Denúncias

1. Em Juruti, o Ministério Público do estado, por meio da promotoria de justiça, ingressou com ação civil pública contra a Alcoa (OMNIA Minérios Ltda). A ACP visava garantir a cessação e recuperação dos danos ambientais causados ao ecossistema que abriga os igarapés das áreas de influência das rodovias, caminhos de serviços e ferrovia construídos pela empresa. O MP requer concessão de liminar que determine a imediata suspensão da licença de operação do empreendimento.
2. O MP requer a suspensão da licença até que sejam tomadas todas as providências para recuperação, controle e monitoramento dos igarapés, e indenização dos comunitários afetados. Requer também a suspensão de toda e qualquer licença ambiental em favor de atividades de supressão de vegetação, de terraplenagem ou de movimentação de terra.
3. O terceiro pedido liminar é que seja determinado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente que relacione todas as condicionantes ambientais ainda não cumpridas pela OMNIA Minérios, com suspensão de todas as licenças vinculadas a tais

condicionantes, e aplique as medidas cabíveis em decorrência dos descumprimentos.

4. A vistoria constatou a alteração da turbidez das águas, causada pela desestabilização da rede de drenagem natural, decorrente das obras para a implantação do sistema viário para servir ao projeto. O próprio EIA/RIMA já indicava o potencial risco de degradação, embora sem identificar adequadamente as áreas. Ainda segundo a vistoria, foi observado que as ações providenciadas pela empresa para minimizar os impactos foram insuficientes. Por isso toda a terra transportada pelas chuvas é levada para os igarapés, nos quais ocorre imediata transformação nos leitos, com impactos sobre fauna e flora que habita esses espaços.
5. A promotoria questiona a falta de cumprimento dos PCA's (Planos de Controle Ambiental) pela empresa, condicionantes para a concessão de licenciamento.
6. Em 2007, MP do estado e MP federal, emitiram uma recomendação à SEMA para que fosse cancelada a licença para a Alcoa. A revolta da população, na avaliação do MP, poderia ter sido evitada se os Estudos de Impactos Ambientais incluíssem compensações e soluções para todos os prejuízos ambientais, sociais e econômicos trazidos inevitavelmente pela instalação de uma mina de bauxita. Uma solução negociada chegou a ser tentada, mas assim que obteve a primeira licença a empresa abandonou as negociações.
7. O Ministério Público estadual (MPE) questiona a concessão do licenciamento ambiental pela secretaria do estado. Há um consenso no MPE de que a licença teria de ser concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Uma das críticas é que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) teria negligenciado uma série de problemas ambientais e sociais que o projeto provocaria. "Tudo que alertamos antes está ocorrendo em Juruti. Aumentou consideravelmente o número de pessoas com hepatite A e doenças transmitidas pela água sem tratamento, além das transmitidas sexualmente. Isso sem contar na quantidade de madeira apodrecendo na mata", diz o representante do MPE: "Todas as melhorias feitas na cidade não são suficientes para atender a comunidade afetada".
8. No caso do Pará, apontam-se ainda os danos aos recursos hídricos, redução do pescado, impedimento do direito de ir e vir dos ribeirinhos, diminuição da coleta da castanha do Brasil, andiroba e outras fontes de proteínas e recursos da flora usados para fins medicinais.
9. Também um risco por conta da ferrovia que escoará o minério. Não há túneis ou desvios nos trechos que cortam os projetos de assentamento impactados pela obra.
10. Diminuição das coletas de frutos como: castanhas, andirobas, bacabas etc. Pois a mineradora esta derrubando as árvores nativas e enterrando junto a outras madeiras de lei.
11. Atropelamentos que podem acontecer por parte da ferrovia que corta assentamentos, e que não construirão nem túneis muito menos passarelas para as comunidades trafegarem.

O bojo dessas denúncias está contemplado na reestruturação socioespacial na Amazônia que obedece a uma nova fase do processo de desenvolvimento capitalista que se instala

nas décadas de 1970 e 1980 do século XX. A lógica desses processos econômicos marcados pela eficiência, produtividade e competitividade, em marcha desde a década de 1990, tem alcançado mercados até então não inseridos, de fato, nessa nova dinâmica capitalista, como é o caso de Juruti. Assim sendo, o padrão capitalista de produção se expande para áreas de notável potencial de produção, obedecendo também a mudança do sistema produtivo em sua organização e o fator de mercado instalado. Soma-se a isso o fato decisivo de que com a globalização (expansão das relações de mercado e avanço tecnológico e informacional), o sistema capitalista avança na direção de concentração e centralização do capital, contando com ações em áreas diversas como competição interempresarial, estratégias de mercado, novos padrões de gerenciamento, mudanças no mundo do trabalho (CASTRO, 2001). Todas essas questões imprimem ao estado e a sociedade civil formas de atuação e de se fazer presente no jogo das correlações de força e dos interesses postos.

Mas se por um lado, essas discussões nos impulsionam para uma reflexão no plano econômico, por outro, há elementos da imaterialidade que devem ser considerados e é nessa conjuntura que se apresenta a dimensão cultural das denúncias. Figura nessa dimensão os modos de produção da vida, que contextualizam as múltiplas faces do processo de globalização com suas tensões e contradições. Cabe à análise sociológica e histórica, compreender como as relações e arranjos sociais e políticos produzem configurações culturais específicas em tempos distintos e espaços locais, operando significativas transformações. Constata-se, portanto que são fluxos e descontinuidades permanentes e no âmbito das culturas são manifestados alguns sinais dessas contradições e transgressões. Assim, na análise dos contextos de globalizações deve ser percebido o modo como elas se desenvolvem enquanto também relações sociopolíticas, tendo como porta de entrada o tema das culturas. Deste modo, somente uma análise sócio-histórica do tema culturas permite explorar as relações entre as noções das culturas e seus contextos de produção e reprodução. Ou seja, no rastro dos eixos de produção da empresa há mudanças no território preexistente onde se alteram profundamente a estrutura espacial e a demografia local (migração, mobilidade e mobilização das populações por eles atraídos), alterando as relações e as cadeias social e historicamente construídas por gerações dos povos da floresta (ribeirinhos, pescadores, agricultores, pequenos comerciantes, dentre outros), redefinindo e redirecionando “trajetórias histórica dos territórios preexistentes” (COELHO *et al.*, 2005, p. 74), como também, gerando desigualdades sociais (concentração da renda e níveis baixos de desenvolvimento humano) e espaciais (monopólio e gestão do território).

Entretanto o MP requer que sejam julgados procedentes os pedidos iniciais, e que seja imposto aos requeridos a obrigação de apresentar a densidade de drenagem da área de implantação do projeto e a locação dos pontos de monitoramento da qualidade da água, bem como a rede de drenagem alterada em decorrência da construção das infraestruturas necessárias à operação do projeto de mineração. E que seja a empresa impedida de realizar nova remoção de cobertura vegetal, terraplenagem ou qualquer movimentação de terra até que os problemas de assoreamento e de turbidez das águas dos igarapés estejam sendo controlados e recuperados. Pede ainda que seja imposta a obrigação de estabelecer um programa de monitoramento especial para os cursos d'água da região de planalto, e elaboração e execução de um plano de abastecimento de água para as pessoas que tiveram seus usos afetados, que devem ser planejados e monitorados por instituições de ensino e pesquisa contratados pela empresa.

A Alcoa criou uma agenda positiva em conjunto com a prefeitura e a comunidade para promover a melhoria da qualidade de vida da população. O acordo resultou na construção

de novo hospital para atendimento de alta complexidade, que ficará sob responsabilidade da Alcoa durante três anos, inclusive a contratação de profissionais. A empresa também construiu uma unidade mista de saúde na comunidade de Tabatinga. Além disso, o hospital municipal está em reforma e outras unidades básicas foram ampliadas. A agenda inclui também a construção de 16 salas de aula, tratamento de água, complexo judiciário, melhorias em estradas vicinais e asfaltamento parcial da PA-257 e da rodovia municipal de ligação até a área de beneficiamento da Alcoa. Além das construções da Alcoa, o aumento da arrecadação da prefeitura da cidade tem permitido algumas melhorias, como a pavimentação das ruas principais e a recuperação da praça de Juruti.

A Associação das Comunidades de Juruti Velho exige entre outras coisas a participação de 1.5 % na participação nos lucros da empresa, investimentos em educação, saúde e moradia e a definição de uma agenda de compromisso. A primeira reivindicação já teria sido atendida. A Acorjuve entregou algumas reivindicações à anterior governadora Ana Júlia Carepa, dentre elas a instalação de um posto de atendimento bancário do Banpará em Juruti Velho, transporte escolar e o programa Luz para Todos.

No caso bem particular de Juruti, as reivindicações são resultantes do enfrentamento da ideologia do desenvolvimento e sua racionalidade instrumental que resultaram em impactos socioambientais dos grandes projetos na região (HÉBETTE, 2001). O mapeamento e os debates a cerca desses impactos têm sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas que, de maneira bem geral, sinalizam dois agentes sociais em permanente disputa: empresas transnacionais e comunidades locais. Esse quadro assume hoje determinado arranjos sócio-políticos que precisam ser visibilizados, como o papel desses agentes sociais, a forma de comunicação estabelecida e a racionalidade imprimeida.

Nos deslocamentos compulsórios, como ocorreu com as famílias de Juruti, esses aspectos são exacerbados, por ser um dos maiores impactos sociais do processo de mineração na Amazônia. Os deslocamentos compulsórios são analisados, por Almeida em interface com a ideologia do desenvolvimento: “o deslocamento forçado de ‘alguns’ torna-se imperioso para que se possa produzir o ‘bem estar de todos’” (ALMEIDA, 1996, p. 467). Ainda, continua o autor, os danos são simplificados, visto que, podem ser compensados financeiramente com reparos materiais. Desta feita, é importante, não naturalizar os deslocamentos como transferência necessária, sem problematizar suas medidas coercitivas e seus desdobramentos socioculturais. Assim, o autor compreende deslocamento compulsório como:

“(...) conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação, imemorial (povos indígenas) ou datada (camponeses), mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.” (ALMEIDA 1996, p. 467).

Apesar das benfeitorias, é inevitável consequências como: impactos nos modos de vida e forma de conviver, afetando a autoestima, além de trazer fortes sentimentos de perda e frustração, com significativa desestabilidade emocional e a transformação de culturas e identidades como condição de sobrevivência em meio a outras realidades que são completamente diferentes.

A seguir compilam-se pautas de reivindicações de associações e ONGs, representando moradores, ribeirinhos e outras comunidades de Juruti.

4.2.3. Pauta das reivindicações à Alcoa

1. Pagamento pelos danos e prejuízos causados com a instalação da empresa na área do PAE Juruti Velho;
2. Pagamento pela ocupação das terras do PAE Juruti Velho;
3. Participação no resultado da lavra (1,5 %);
4. Pagamento pela utilização da água do lago juruti velho;
5. Pagamento pela madeira retirada (desviada) da área do PAE Juruti Velho;
6. Assinatura de agenda de compromisso com as comunidades da área do PAE Juruti Velho; (com investimentos em educação, saúde, lazer, transporte, infraestrutura de estradas e saneamento básico, assistência técnica, projetos de geração de trabalho e renda, etc.) através de entidades e/ou empresas indicadas pela organização dos comunitários do PAE Juruti Velho;
7. Financiamento na elaboração e na execução de projeto de revitalização e monitoramento ambiental do lago e da área do PAE Juruti Velho, por empresa indicada pela organização das comunidades do PAE Juruti Velho;
8. Reconhecimento pela Alcoa que as comunidades do PAE Juruti Velho são tradicionais;
9. Reconhecimento da Acorjuve como única representante legal dos comunitários da região do Juruti Velho;
10. Suspensão de todas as atividades desenvolvidas por empresas terceirizadas contratadas pela a Alcoa da área do PAE Juruti Velho;
11. Revisão de todos os acordos que a Alcoa fez com o PA Socó;
12. Comprometimento da Alcoa em investir em ações sociais na sede do município de juruti (construção de casas populares, saneamento básico, melhoria e construção de escolas, melhoria e construção de postos de saúde, implantação de projetos de geração de trabalho e renda, etc.);
13. Apoio na construção de infraestrutura para instalação de uma universidade no município de Juruti.

4.2.4. Pauta das reivindicações ao INCRA

1. Agilização do processo de titulação do PAE Juruti Velho;
2. Investimento em infraestrutura (estradas, escolas, postos de saúde etc);
3. Criação de uma unidade avançada do Incra no município de Juruti;
4. Liberação de cursos do Pronera (médio e superior) para os assentados do PAE Juruti Velho;
5. Contratação de equipes de assessoria técnica indicadas pela Acorjuve;
6. Liberação do crédito mulher e fomento para os assentados do PAE Juruti Velho;
7. Complementação dos recursos para construção da micro central hidrelétrica (MCH) no PAE Juruti Velho. E agilização no processo de implantação;

8. Implantação de micro sistemas de abastecimento de água nas comunidades do PAE Juruti Velho;
9. Restauração e instalação de rede hidráulica nas comunidades do PAE Juruti Velho;
10. Construção de cinco centros comunitários em comunidades do PAE Juruti Velho;
11. Investimento em um projeto de eco turismo no PAE Juruti Velho;
12. Construção de um museu arqueológico no PAE Juruti Velho;
13. Construção de um centro cultural no PAE Juruti Velho;
14. Finalização no processo de demarcação do perímetro do PAE Juruti Velho, PA Socó e PA Boa Esperança;
15. Construção de cinco quadras poliesportivas em comunidades do PAE Juruti Velho;
16. Intermediação de reuniões com ministérios do governo federal (MMA, MDA, MEC, saúde, cultura, MDS) e Caixa Econômica Federal. Viabilizando o deslocamento de cinco representantes dos comunitários para participar destas reuniões.

4.2.5. Pauta das reivindicações ao governo do estado do Pará

1. Regularização do ensino médio na escola do PAE Juruti Velho (fim do modular);
2. Suspensão de todos os projetos de manejo florestal na gleba Nova Olinda 3 e Mamurú;
3. Arrecadação das terras da vila amazônica para assentamento de famílias que vivem nestas terras (gleba Nova Olinda 3 u Mamurú);
4. Assentamento de famílias sem terra na gleba Cumurucuri;
5. Construção e estruturação de dez (10) escolas de ensino médio e fundamental nas comunidades do PAE Juruti Velho;
6. Construção e estruturação de cinco postos de saúde em comunidades do PAE Juruti Velho;
7. Ampliação e melhoria na estrutura hospitalar da unidade médica avançada Irmã Ávila;
8. Contratação de enfermeiras e médicos especialistas para a Unidade Médica Avançada Irmã Ávila;
9. Melhoria no transporte escolar (pagamento em dia dos barcos, repasse de combustível, etc.);
10. Liberação do programa cheque moradia para as famílias assentadas do PAE Juruti Velho;
11. Liberação de projetos de incentivo a produção e geração de trabalho e renda para os comunitários do PAE Juruti Velho;
12. Liberação do programa bolsa trabalho para os jovens do PAE Juruti Velho;
13. Implantação de cinco (05) Telecentros em comunidades do PAE Juruti Velho;

14. Implantação de centro odontológico com liberação de profissional para o PAE Juruti Velho;
15. Construção de um museu arqueológico no PAE Juruti Velho;
16. Construção de um centro cultural no PAE Juruti Velho;
17. Investimento em projeto de ecoturismo no PAE Juruti Velho;
18. Construção e estruturação de dez creches em comunidades do PAE Juruti Velho.
19. Construção de cinco quadras poliesportivas em comunidades do PAE Juruti Velho;
20. Construção de dez praças públicas nas comunidades do PAE Juruti Velho;
21. Construção de bosque na vila Muirapinima.

4.2.6. Pauta das reivindicações ao município

1. Agilização no processo de construção da Micro Central Hidrelétrica (MCH);
2. Construção e estruturação de escolas de ensino fundamental nas quarenta (40) comunidades do PAE Juruti Velho;
3. Construção, estruturação e manutenção de dez creches em comunidades do PAE Juruti Velho;
4. Finalização da construção da escola da casa família rural no PAE Juruti Velho;
5. Recuperação de estradas dentro da área do PAE Juruti Velho;
6. Disponibilização de estruturas de apoio para construção das casas do PAE Juruti Velho (2 balsas com rebocador, 1 caçamba, 1 caminhão truck, 1 trator com pá mecânica);
7. Isenção do ISS no processo de construção das casas dos comunitários do PAE Juruti Velho;
8. Ampliação no transporte escolar para as comunidades não atendidas;
9. Conclusão das construções inacabadas dos postos de saúde e construção de dois novos postos nas comunidades do PAE Juruti Velho;
10. Construção de escola para atuação do PETI;
11. Implantação de bibliotecas em cinco escolas do PAE Juruti Velho;
12. Construção de micro sistemas de água nas comunidades que ainda não foram atendidas do PAE Juruti Velho;
13. Instalação de rede hidráulica nas comunidades do PAE Juruti Velho;
14. Ampliação e melhoria na estrutura hospitalar da unidade médica avançada Irmã Ávila;
15. Construção de um centro cultural;
16. Construção de cinco quadras poliesportivas em comunidades do PAE Juruti Velho;
17. Construção de uma concha acústica na Vila Muirapinima;

18. Construção e estruturação da sede da subprefeitura do distrito de Juruti Velho;
19. Liberação de mais funcionários (limpeza, agente de saúde, etc.) para atuarem nas comunidades do PAE Juruti Velho;
20. Liberação de projetos produtivos para os comunitários do PAE Juruti Velho (horta, pequenos animais, piscicultura, etc.);
21. Construção de matadouro na área do PAE Juruti Velho;
22. Construção de dez praças públicas nas comunidades do PAE Juruti Velho;
23. Construção de bosque na vila Muirapinima;
24. Melhoria na coleta de lixo e no local de despejo dos resíduos sólidos;
25. Aquisição de um veículo para ser utilizado na coleta de lixo na Vila Muirapinima.

O conflito que surge entre o estado e as organizações privadas apenas confirma uma transferência da governabilidade sobre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que se torna preponderante na articulação com a sociedade civil, pois, para as empresas e atores sociais, o Estado burocrático e regulador torna-se o responsável por todas as mazelas da sociedade e dos excluídos.

É bem verdade que, no afã de ver suas necessidades atendidas, a sociedade transfere às empresas aquilo que é de responsabilidade do Estado, em uma deliberada intenção de obter, por meio das empresas, o efetivo retorno imediato de suas expectativas, fato que por sua vez não se consegue dar conta dos objetivos econômicos, sociais e ambientais que não se confirma, mas promove uma erupção de conflitos na sociedade em razão da ausência das macroestruturas dos poderes públicos e privados em não rebater as necessidades da sociedade. Estão então condenados, Estado e empresas, a compreender a necessidade de mudança estratégica diante de um novo contexto de relações proativas que possam induzir benefícios para a sociedade.

Neste ambiente de contradições e conflitos, as instâncias públicas e privadas procuram encontrar um modelo de intervenção que propicie o desenvolvimento equilibrado, a partir do estabelecimento de pactos com a sociedade civil que oriente, fortaleça, e identifique ações e limites de atuação do poder público, das empresas e da sociedade civil organizada, diante das expectativas e necessidades das localidades.

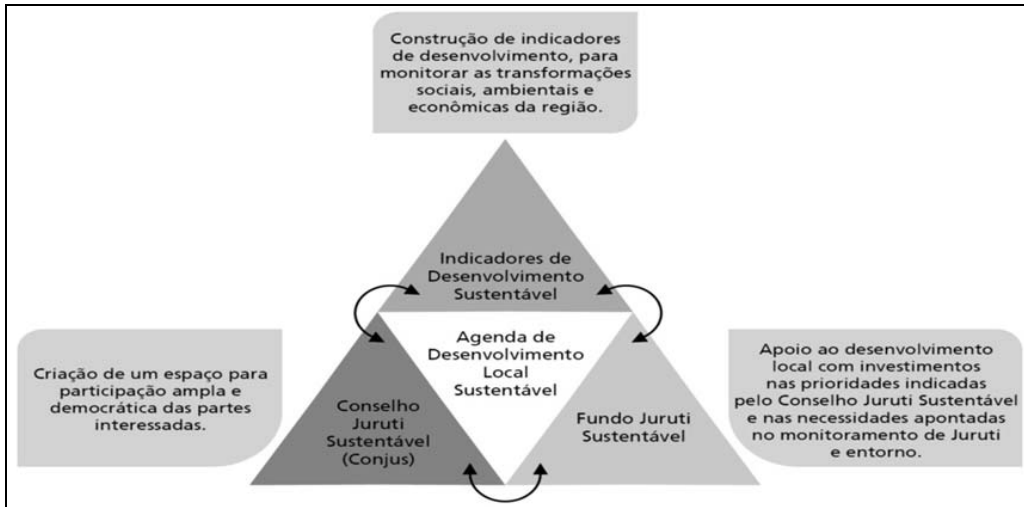
Para Marcovitch (2011) os impactos das iniciativas da empresa podem ser negativos e positivos. No momento em que a empresa investe em projetos sustentáveis a imagem melhora, concomitantemente, aumenta as expectativas da comunidade e também o nível de cobrança para com a empresa. Quando seus anseios não são atendidos a frustração vem à tona, exigindo uma competência especial em comunicação por parte da Alcoa a fim de evitar o impacto da imagem negativa. Ainda, o mesmo autor ressalta que essa situação só acontece devido a ausência do poder público, um fraco capital social e imagens desgastadas que empresas de mineração tem na região norte.

Existe uma tendência, por parte da população, de redirecionar para a Alcoa as perspectivas e demandas reprimidas em relação ao estado, principalmente no que concerne a educação, saúde e infraestrutura, levando a uma relação substitutiva do estado. Por isso, é oportuno que as denúncias sejam feitas como também as reivindicações e estruturações políticas de pautas estaduais e municipais, pois, aumentam cada vez mais preocupações com o aumento do impacto ambiental; a expansão urbana, uma vez que a mina deslocaria mão de obra de fora para dentro do

município, que já teria seus serviços públicos deficientes; o aumento da criminalidade; e, a mudança do estilo de vida local. Sendo assim, as políticas públicas precisam ser mais presentes nessa região.

4.3. O projeto Juruti Sustentável

Com base nos resultados da pesquisa foi proposto um modelo de agenda de desenvolvimento sustentável local para Juruti e entorno. O "Projeto Juruti Sustentável: Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local" foi idealizado em conjunto pela Alcoa, FUNBIO e Fundação Getúlio Vargas com o objetivo de conduzir um processo de desenvolvimento local do município de Juruti tendo como base um tripé de intervenção: o Conselho Juruti Sustentável (CONJUS), os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e um Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS).



Fonte: FGV (2009).

Figura 1: Juruti Sustentável; uma proposta de modelo para desenvolvimento local

O modelo Juruti Sustentável fundamenta-se em três premissas: i) participação ampla e efetiva de toda a sociedade na construção da agenda; ii) abordagem de território, considerando o alcance das transformações para além dos limites do município de Juruti; e iii) diálogo com a realidade, que contextualiza a agenda com base nas discussões globais sobre desenvolvimento e nas iniciativas empresariais voltadas para a sustentabilidade e em face das políticas públicas regionais e municipais.

A primeira haste do tripé, o CONJUS, tomou corpo com sua criação no dia 20 de agosto de 2008 e se caracteriza por ser um conselho tripartite do qual participam as empresas, a sociedade civil e o poder público num espaço público de diálogo e ações permanentes, buscando ações coletivas para a melhoria da cidade de Juruti. O CONJUS é aberto para toda a população e funciona por meio de reuniões permanentes com discussões sobre diversos assuntos. Cada tema é discutido em um espaço específico, chamado de Câmara Técnica (CT). São seis CTs: desenvolvimento rural e urbano, saúde, meio ambiente, educação, cultura e turismo, e infraestrutura e saneamento.

Atualmente o CONJUS tem um regimento interno no qual constam todas as normas dos participantes, uma coordenação, e o colegiado. Durante seu primeiro seminário, construiu

a Carta Juruti Sustentável, documento que contém um conjunto de ações prioritárias para o desenvolvimento local de Juruti. A Carta foi uma produção coletiva de instituições que atuam ou tem interesse nas áreas de atuação das câmaras técnicas, dentro de um amplo processo participativo, no qual a população expôs o que considerava fundamental para a cidade. Ela caracteriza-se como o ponto de partida para a formulação de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), base de trabalho do CONJUS em um processo de longo prazo de Agenda 21 Local. Trata-se de um documento de planejamento em fase de construção, a ser detalhado e revisado ao longo do processo de trabalho das Câmaras Técnicas (CTs).

O segundo pilar do tripé de intervenção são os indicadores de desenvolvimento Sustentável, construídos a partir de dois importantes desafios: a garantia da participação ampla e efetiva da sociedade local e o desenvolvimento de uma metodologia para a definição de um território de monitoramento. Foram dois anos de trabalho, com o envolvimento de mais de 500 representantes de instituições locais e regionais, uma série de pesquisas, oficinas e reuniões para a construção dos indicadores e a coleta de dados, além de um amplo levantamento bibliográfico e de campo para a definição do território a ser monitorado.

A primeira coletânea de indicadores foi consolidada em 2009 e tem por finalidade fornecer um mecanismo para alimentação dos espaços públicos de articulação política, tais como os conselhos municipais e o CONJUS, bem como outras instâncias de participação, com informações sobre as transformações, esperadas ou indesejadas, ocorridas em Juruti. Ademais, os indicadores têm a possibilidade também de subsidiar e orientar as políticas públicas municipais, estaduais e federais, o investimento das empresas na região, além de instrumentos financeiros colocados à disposição da comunidade, como o FUNJUS, a última parte do tripé.

O FUNJUS é um instrumento de financiamento dos projetos de desenvolvimento sustentável da região criado pela Funbio e que prevê ainda, a captação de recursos financeiros e realização de investimentos em demandas identificadas pelo monitoramento da região e das metas prioritárias previstas pelo CONJUS. Os investimentos a serem realizados estão baseados nas prioridades definidas pelo CONJUS e tem nos indicadores de sustentabilidade o termômetro para medir os impactos dos projetos apoiados e as principais transformações ocorridas a partir do financiamento socioambiental.

O FUNBIO é quem controla os recursos do FUNJUS. Em 2009 foi lançado um piloto para o Fundo Juruti Sustentável que tem horizonte inicial de 2 anos e recebeu a primeira doação da Alcoa no valor de R\$ 2 milhões. O FUNBIO é o responsável por sua coordenação técnica e administrativa, sob supervisão geral da empresa. Concluída a operação do piloto serão incorporados ajustes ao modelo proposto, inclusive quanto à oportunidade e conveniência de constituição de uma entidade com personalidade jurídica própria e autônoma para sua gestão. O estatuto, o regulamento, as linhas temáticas de apoio e o direcionamento das prioridades de financiamento, entre outros aspectos, poderão ser revistos.

O primeiro edital do Fundo Piloto Juruti Sustentável foi lançado em maio de 2009 para contemplar projetos nas linhas temáticas de desenvolvimento e fortalecimento do capital humano, natural, econômico e social, e que tenham duração de até 18 meses. Para potencializar a participação da sociedade jurutiense, o edital contou com uma linha de financiamento especial para projetos de organizações não formalizadas, ou formalizadas há menos de 1 ano, no valor de até R\$ 10.000,00 (organizações tipo 1). Organizações

formalizadas há mais de 1 ano, puderam solicitar até R\$ 50.000,00 por projeto (organizações tipo 2).

O edital ganhou formato simples, permitindo preenchimento de formulários à mão, e foi divulgado amplamente em Juruti pela coordenação local estabelecida pelo Funbio. Foram estabelecidas as formas de participação, assim como um cronograma com as fases do edital, sendo elas: fase 1 - recebimento de cartas consulta - maio e junho de 2009; fase 2 - julgamento do mérito das cartas consulta - julho de 2009; fase 3 - elaboração de projetos - julho e agosto de 2009; fase 4 - seleção de projetos - de setembro a novembro de 2009; fase 5 - assinatura de contrato e início dos projetos selecionados - dezembro de 2009.

Na fase 1, das sessenta e sete cartas consulta recebidas, 34 foram provenientes de organizações não formalizadas e 33 de organizações da sociedade civil legalmente constituídas. O julgamento do mérito das propostas foi feito pelo Conselho do Fundo Juruti Sustentável, no qual participam representantes do doador (Alcoa), do poder público e sociedade civil. Quarenta e três cartas consultas foram aprovadas. Todos os proponentes receberam capacitação e conheceram as regras para uso dos recursos e as ferramentas que serão utilizadas para acompanhamento de suas atividades. Além disso, houve a oferta de assistência financeira preparatória no valor de R\$ 500,00 para bancar custos na elaboração destes projetos, o que facilitou a participação de pequenas organizações e associações. A partir daí, submeteram os projetos para análise e apenas 21 foram aprovados neste primeiro edital. Atualmente estes projetos encontram-se em andamento.

Conforme divulgado no site do FUNBIO, a lista final dos projetos selecionados pelo 1º edital do Fundo Juruti Sustentável é a seguinte (Tabela 1).

Mesmo diante de indicativos que revelam atendimento aos pleitos da sociedade jurutiense, como o Tabela 1, que tem servido efetivamente de maneira estratégica como redutor de conflitos, por outro lado, a dinâmica regional produzida pela sociedade, estado e empresa em todo o histórico da atividade mineral na Amazônia, não permite que num período breve, de 2008, quando da criação do CONJUS, a meados de 2011, se avalie de forma positiva e se exalte a proposta de novo modelo de gestão como o Juruti Sustentável, como exemplo a ser seguido. O cotidiano demonstra uma situação de aparente tranquilidade, com traços de insatisfação, como percebido nas manifestações freqüentes do MP em atendimento a reivindicações de setores representativos da sociedade. Por conseguinte, reflete ainda, marcas de uma assimetria institucionalizada no decorrer do desenvolvimento da Amazônia, em que o binômio político econômico é sempre privilegiado em detrimento aos interesses sociais e revigoram a cada investida do capital econômico financeiro a degradação ambiental e a exclusão social.

Tabela 1: Projetos aprovados no 1º edital do Fundo 2009/2010

Projetos de organizações de tipo 1	
Projeto Cheiro Verde	APROFASP
Consolidação e fortalecimento de associações na região do Planalto	APROFASP
Projeto de apoio aos avicultores da comunidade de São José do Curumucuri	Associação dos Produtores Rurais de São José
Projeto estruturação e adequação de casa de farinha	CTPJ
Projeto de apoio aos produtores de hortaliças orgânicas da comunidade de Araçá-Preto	Associação dos Produtores da Comunidade de Araçá Preto
Criação de tambaqui em tanques-rede	APROSEIS
Projeto de criação de abelhas nativas da Comunidade de São Brás	Associação dos Produtores da Comunidade de São Braz
Projeto de geração de renda para a produção familiar rural através da criação de galinha poedeira da comunidade de São Pedro	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de São Pedro
Projeto Amarrando Sonhos	Comunidade de São Benedito
100% Adelinos - criação de tambaqui em tanques-rede	ASPROFAGU
Consolidação e fortalecimento de associações na região do lago Juruti Velho	ASPROFAGU
100% CURUPIRA - criação de tambaqui em tanques-rede	ASPEFANGE
Estruturação de hortas familiares das comunidades da região do Santo Hilário	ASPRUFARSHI
Projetos de organizações de tipo 2	
Acordo de pesca lago Grande e Curuai	MOPEBAM
Puxirum dos Curumins - I encontro do Clubinho da Tartaruga	Associação Brasileira para a Conservação das Tartarugas
Projeto Juruti Pescados	APRAPAEB
Pesca Milagrosa - criação de tambaqui em tanques-rede	APRAPAEVID
Programa 5S – Juruti	ACEJ
Da rua à cultura	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Santa Rita
Projeto construindo e alimentando com qualidade	Associação Beneficente Promocional Bom Samaritano
Projeto Tucumã	Associação dos Artesãos de Juruti

Fonte: FUNBIO

5. Conclusão

As transformações que estão sendo vivenciadas em Juruti podem ser reveladas pelos diferentes desdobramentos de ordem socioespacial (relações humanas e destas com o meio ambiente). Trata-se de respostas imediatas ao padrão de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a concepção de estratégias à reestruturação da economia capitalista e à realocização e reorganização dos processos da atividade industrial. São destas transformações que podem ser compreendidos as dinâmicas territoriais produzidas pelas estratégias de modernização do mercado, pela reestruturação dos

municípios amazônicos, pelos desdobramentos do crescimento urbano, diretamente relacionados aos impactos da implantação de empresas de extração e transformação mineral presentes na região e a forma de atuação dos vários segmentos sociais que se cruzam, confrontam, aproximam e negociam interesses em espaços de relações e contato próprios. Isso fez com que novos arranjos espaciais aparecessem, produzindo novas dinâmicas sociais que são simultâneas e inerentes ao processo de industrialização na Amazônia. Um dos principais temas que marca essa dinâmica são os impactos socioambientais. O mapeamento e os debates a cerca desses impactos têm sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas que, de maneira bem geral, sinalizam dois agentes sociais em permanente disputa: empresas transnacionais e comunidades locais.

Não foi pretensão destas reflexões fazer uma retomada histórica das discussões sobre o tema dos impactos dos grandes projetos na Amazônia. No entanto, vale a pena mencionar, pelo menos sinteticamente, duas questões importantes: o contexto de implantação dos grandes projetos para entender a lógica de racionalidade das empresas e os rebatimentos deste processo na Amazônia. O caso de Juruti com seu cenário socioeconômico e político é um caso emblemático na Amazônia.

Em Juruti, o território é a cena social. A territorialidade é o agenciamento. Empresa e comunidade têm um olhar próprio sobre a territorialidade porque a construíram de acordo com os interesses particulares. Os arranjos territoriais da empresa têm correspondência nas dimensões econômicas, políticas e simbólicas, que constituem as formas de uso do território. O conteúdo técnico dos padrões de produção e a regulação capitalista presentes nessa cena também se refletem no conteúdo das ações políticas que participam do ordenamento territorial em transformação. A sua dinâmica e funcionalidade geram conflitos, inflexões da territorialidade, refletidas nos impactos socioambientais, concentração fundiária, desigualdades sociais, luta pelo reconhecimento dos povos da floresta. Esta cena é compartilhada com outros agentes: as comunidades locais. Detentoras de um patrimônio sociocultural centrado no saber local, estas comunidades também criam a sua territorialidade a partir da relação com o espaço, articulando saberes próprios, patrimônios materiais e simbólicos. O sentido desse patrimônio é compartilhado no coletivo e possui uma dimensão social e cultural, nitidamente presente nos processos organizacionais e na atribuição de responsabilidades sociais, aspectos potenciais da sociabilidade educativa.

O encontro destes agentes (empresa e comunidade) no território é marcado pelo contato entre culturas diferentes que revela o seguinte: de um lado, os valores culturais etnocêntricos (ideologia da modernização) de empresas transnacionais e, de outro lado, os valores culturais da floresta (cultura vivida), representando as comunidades locais. O encontro dessas diferentes culturas não revela apenas dimensões socioprodutivas, mas especialmente, representações simbólicas do que é produzido pelas relações concretas de contato. Certamente, revela também o jogo das relações de poder e redes políticas que integram esta dinâmica territorial sobre a qual se comunicam e se expressam em códigos construídos coletivamente. Isso mostra que o território é convenção e confrontação e que ele se movimenta e se fixa. A situação social e histórica do encontro de diferentes culturas provoca a produção de significados e representações e a mediação cultural tem a tarefa de compreendê-los na cena de novas territorialidades e movimento de confronto e convergência de interesses em situação.

É nessa direção que Juruti Sustentável foi e continuará sendo estudada pelos autores como desenraizamento do espaço, fazendo com que as tradições, costumes, histórias e

saberes ficassem desvinculadas do território do grupo social que construíram social e culturalmente.

As forças sociais em disputas em representam divisão de poder econômico e das condições sociais presentes na região. As disputas são responsáveis por tensões, contradições e conflitos, mas também por negociação, cooptação e mediação. É nessa perspectiva, que se entende o processo de industrialização em Juruti. É nesse contexto que ocorrem as transformações da paisagem social e ambiental do município. As comunidades formadas por ribeirinhos e pequenos agricultores vêem não apenas a inserção do território na economia globalizada, com a exportação dos produtos da região, mas também assistem e reagem à destruição do seu *habitat* historicamente construído: o ecossistema amazônico. O território passa então a ser disputado, situações de conflito se instalam. E o resultado tem apontado, não obstante a organização, mobilização e resistência política, para o deslocamento compulsório de comunidades e grupos sociais, seu enfraquecimento e até mesmo o seu desaparecimento, como também a sua grande politização para continuarem a (re)existir (ARAÚJO e COSTA, 2007), utilizando estratégias como a ampliação da formação com as associações. Nessa correlação de forças estão presentes comunidades, movimentos sociais, prefeituras, empresas e Estado. E eles “retalham” o município com suas estratégias e formas de atuação.

As forças sociais que disputam num confronto político o uso do território possuem distintas abordagens que podem ser sintetizadas em duas dimensões: a econômica e a sociocultural. A primeira é de caráter financeiro e de expansão de mercado ligados à produção, a logística e aos custos de transporte, correspondendo aos aspectos de produtividade e competitividade das empresas nacionais e transnacionais. O modo de produzir é o foco no uso do território em que os espaços e os recursos nele contidos são meios de produção numa relação material entre sociedade e natureza. Nessa abordagem se encontram as empresas nacionais e transnacionais e alguns setores dos órgãos públicos. Na dimensão sociocultural, forjada nas redes de relações complexas, o território é visto como patrimônio social e cultural. Nesse caso, o território é espaço de abrigo, produção, cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e histórias de muitas gerações. Trata-se do ordenamento do território baseado em relações materiais e imateriais/simbólicas entre sociedade e natureza, promotoras da cultura de grupos, valores históricos e práticas político-sociais, de cujas relações emergem saberes, posições políticas, experiências de organização social e condições de sobrevivência. Todos esses aspectos representam um dos fatores de organização e mobilização da sociedade civil amazônica diante do processo de avanço dos modelos urbano-industriais em curso na região, representada por comunidades locais, grupos sociais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs).

No que se refere ao processo à condução da empresa, pode-se afirmar que o CONJUS, os indicadores de desenvolvimento sustentável e o FUNJUS – tripé de intervenção do modelo de desenvolvimento local - cumprem a sua agenda de articulação e sintonia com os debates em questão, com destaque para a Carta de Juruti, que expressa a produção coletiva na diversidade presente no município. Tradução clara que rumos estão sendo redimensionados, apesar de ausência de representações importantes no CONJUS que insistem em permanecer ausentes por ainda não acreditar no modelo, o que pode revelar a resistência política presente no município. Em todo caso, há um registro especial para a emergência dos atores locais e dos seus diversos modos culturais de participação política. O próprio sentido de se organizar e mobilizar, fazer reuniões de preparação e articulação para conquista dos direitos também é revelador nesse campo de emergência política, além de representar, no fundo, forma de resistência. Pertencer hoje à Juruti significa estar

atento às dinâmicas do município constituídas por reivindicação de direitos e organização sociopolítica, com práticas de mobilização e resistência que compõem o arsenal de estratégias inerentes ao processo de apropriação do território. Também é reconhecer-se como potencialmente capaz de se apropriar da cultura do direito de ter direitos. Essas formas simbólicas de pertencimento foram forjadas na história, uma história rica de aprendizados e ensinamentos, especialmente os de ordem da organização política. Foram as mobilizações e resistências que questionaram o modelo de desenvolvimento local implementado pela ALCOA, como também as compreensões que o tema suscita, merecedora de novas análises, pois, elementos como ansiedade e incerteza são produzidos no caso em estudo. Além disso, a falta de vontade política para implementar a agenda positiva, fruto da mobilização social, também preocupa e requer atenção especial, apesar dos esforços efetuados com o controle social.

Assim, em Juruti, as comunidades e famílias com a colaboração de associações e sindicatos, começam a gestar formas originais de resistência e organização voltadas à inclusão social, no espaço de trabalho e moradia, em uma área desestruturada em função da instalação de empresas transnacionais. São conquistas forjadas nos movimentos de tensão marcados pelos acontecimentos de (des)construção e (des)continuidade vividos intensamente e gestados nas insistentes lutas da comunidade em continuar sendo o que são: caboclos da região, gente da Amazônia. O protagonismo, os conflitos e as lições em Juruti são fruto das suas opções e decisões políticas em contextos de deslocamentos. Nota-se que as contradições sociais e as iniciativas de diálogo e colaboração entre múltiplos atores e setores da sociedade civil organizada (mediadores) abriram oportunidades inéditas para a mobilização de recursos e competências, correspondendo a processos de transformação social que ainda estão em curso, mas que gestam contextos políticos e novos desdobramentos sociais, que também desafiam as estratégias de organização social da comunidade.

Bibliografia

ALCOA. **Mina de bauxita de Juruti**. Balanço de ações e resultados socioambientais. 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento**: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. Travessia, São Paulo, n. 25, p. 30-35, maio/ago. 1996.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Teoria geral da administração**: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Frederico, G. de B. e COSTA, Rogério H. (orgs.). **Identidade e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e grandes projetos. In: D'Incao, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1 e v.2) São Paulo. Editora Paz e Terra, 2009.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP: UFPA/NAEA, 2001, p. 7-32

COELHO, Maria Célia Nunes *et al.* Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: NAEA/UFPA, vol. 8, n° 2, DEZ/2005.

CNEC. **Estudo de impacto ambiental do Projeto Juruti**. 2005.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Indústria Sustentável no Brasil**. Disponível em: <[HTTP://www.cni.org.br/portal](http://www.cni.org.br/portal)>. Acesso em: 04 abr. 2011.

CEBDS. **Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://WWW.cebds.org.br/cebds/pub-wbcsd.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. São Paulo: Ed. Signus, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ. **Agenda ambiental da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 2008.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Indicadores de Juruti: para onde caminha o desenvolvimento do município**. 2009.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Juruti Sustentável: diagnóstico e recomendações**. 2009

FIRKOWSKI, Olga L. C., SPOSITO, Eliseu S. **Indústria, ordenamento do território e transportes, a contribuição de André Fisher**. 1ª ed. - São Paulo, Expressão Popular. UNESP. Geografia em Movimento, 2008.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para Biodiversidade. **Fundo Piloto Juruti Sustentável: A iniciativa**. Disponível em: <<http://www.site.funbio.org.br>>.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**. 2007.

____. **Dados da base cartográfica. 2007**. Acesso em: out. 2011.

____. **Dados do Censo 2010**. Disponível em: < www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=15>.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. Revista Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 1, p. 107-121, 2002.

MARCOVITCH, Jacques. **A Gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas** - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Estudos Avançados, São Paulo / USP, v. 19, n. 53, p. 187-208, 2005.

MONTIBELLER F.G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças de. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

PACTO GLOBAL. **Os 10 princípios do pacto global**. Disponível em: <www.pactoglobal.org.br/dezPrincipios.aspx>. Acessado em 12 abr. 2011.

PENTEADO, Antônio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

PEREIRA, Renée. Alcoa investe US\$ 1,5 bilhão no meio da selva. **Estadão.com.br**, São Paulo, 11 jul. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090712/not_imp401391,0.php>. Acesso em 12 jul. 2010.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1. 310 p.

SOJA, Edward. **Geografias pós-moderna**: a reafirmação do espaço na teoria social. Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TARSITANO NETO, Frederico. A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia S. **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995. 410p.